

“É DEFINIDA SITUAÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA FORMA DO INCISO IX, DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDALCIR LUIZ SANTI, Prefeito Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º- É definida situação de Excepcional Interesse Público, na forma do inciso IX, do Artigo 37, da Constituição Federal e autoriza o Poder Executivo a celebrar contratações emergenciais por tempo determinado, pelo prazo legal, nos termos dos artigos 193, 194 e 195, da Lei Municipal nº 947/2005 de 15 de setembro de 2005, para suprimimento de três cargos de PROFESSOR, 20 hs, Nível 2, Graduação Plena, com remuneração mensal de R\$ 671,51(seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos), para atuação nas disciplinas de Ciências, Geografia e Educação Física respectivamente, e em não havendo profissionais habilitados, serão chamados aqueles que estiverem cursando no mínimo o 6º semestre, das disciplinas respectivas.

Art.2º- A contratação em causa, se faz com amparo no artigo 193 e temporariedade no artigo 195, da Lei Municipal nº 947/2005, de 15 de setembro de 2005, “Regime Jurídico dos Servidores Municipais” e com amparo no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, para suprimimento da demanda estudantil no Ensino Municipal de Alegria no presente ano de 2010.

Art.3º- Os Contratos de que trata o artigo 1º, são de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados os direitos previstos no artigo 197 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Alegria - RS - Lei Municipal nº 947/2005 de 15 de setembro de 2005.

Art.4º- No transcurso do lapso temporal das Contratações Emergenciais, o Governo Municipal promoverá Concurso Público, para o provimento dos cargos em questão.

Art.5º- Integra a presente Lei nos termos da Legislação vigente, em anexo, Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro.

Art.6º- Revogam - se as disposições em contrário.

Art.7º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRIA, AOS 12 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2010.

Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal